

A Revista Contabilidade Vista & Revista, publicação do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFMG, com o apoio do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico:

<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/index>

Trata-se de um Periódico Científico classificado como Nacional "A2", segundo os critérios do Sistema Qualis determinados pela Comissão da Área de Administração, Contabilidade e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Mantendo o cumprimento de sua missão de disseminar o conhecimento científico, nesta edição, a Contabilidade Vista & Revista, apresenta seis artigos inéditos. No primeiro deles, de autoria de Herivelton Antônio Schuster e Roberto Carlos Klann, os autores avaliaram a relação entre investimentos divulgados em responsabilidade social corporativa (RSC) e as práticas de gerenciamento de resultados por *accruals* (GR) em empresas brasileiras. O período analisado foi de 2011 a 2015 e a amostra contemplou 122 empresas. Os resultados expõem uma possível utilização da RSC por empresas brasileiras para mascarar um inflamento de lucros por meio do gerenciamento de *accruals*. Como conclusões os autores apresentam que as práticas de RSC podem configurar um aspecto adicional sobre fatores relacionados ao GR em países emergentes como o Brasil.

Na sequência, Antonio Lopo Martinez, Alexandre Castro Ribeiro e Bruno Funchal investigaram os efeitos da lei Sarbanes-Oxley (SOX) sobre a agressividade tributária das firmas brasileiras que emitiram American Depositary Receipts (ADRs), no período entre 2004 e 2012. A agressividade tributária foi medida de acordo com a alíquota efetiva de imposto (ETR), a taxa efetiva de imposto em dinheiro de longa duração (CASH ETR) e a diferença entre a renda contábil e o rendimento tributável (BTD). O grupo de tratamento foram as empresas brasileiras listadas com ADRs e o grupo de controle as firmas emparelhadas listadas apenas no Brasil. Os resultados indicam que a implementação de controles internos mais rigorosos não inibe as práticas fiscais agressivas das firmas brasileiras.

O terceiro trabalho apresentado nesta edição, de autoria de Edgar Pamplona, Tarcísio Pedro da Silva, Wilson Toshiro Nakamura e Moacir Manoel Rodrigues Junior, verificou a influência da folga financeira no desempenho econômico de empresas familiares e não familiares brasileiras. O período de estudo compreende 19 anos (1996 a 2014) e a amostra 137 empresas familiares e 131 empresas não familiares. Os resultados apontam que a influência da folga no desempenho não é linear, corroborando que a folga maximiza o desempenho até determinado patamar e, posteriormente, passa a prejudicar a *performance*

corporativa. Empresas familiares atingem melhor desempenho com níveis mais elevados de folga comparativamente a empresas não familiares.

No quarto artigo, elaborado por Ricardo Sartori Cella, Michele Rílany Rodrigues Machado e Carlos Henrique Silva do Carmo, os autores analisaram a influência da Lei Anticorrupção no conservadorismo condicional dos relatórios financeiros das empresas brasileiras listadas na B3. A amostra foi composta por 165 empresas com dados de 22 trimestres no período de 2011 a 2016, sendo 11 trimestres anteriores e 11 trimestres posteriores à vigência da Lei Anticorrupção. Para análise do conservadorismo adotou-se o modelo reverso de lucros associados a retornos, proposto por Basu (1997), modificado para captar os efeitos da vigência da referida lei. Os resultados indicaram um aumento no grau de conservadorismo nas empresas brasileiras após a vigência da lei.

Luiz Cláudio Louzada, Márcio Augusto Gonçalves e Vagner Antônio Marques, no quinto artigo, investigaram a relação entre a vantagem competitiva e a composição patrimonial da firma, a partir de origem endógena (composição patrimonial da firma) ou exógena (grau de dinamismo do setor). Foi verificado também se as características exógenas moderam a relação entre características endógenas e o desempenho operacional da firma. A amostra foi composta por 481 empresas com dados trimestrais do período de 1998 a 2016. Como técnica de análise utilizaram a abordagem de modelos hierárquicos com medidas repetidas. Os resultados apontam que os recursos idiossincráticos têm maior capacidade de explicação do desempenho operacional, quando comparados a características do ambiente no qual ela se insere, e a moderação do grau de dinamismo do setor inverte a relação entre os recursos idiossincráticos da firma com o desempenho operacional.

Por fim, no artigo de Camila Brehm da Costa, Fabiano Maury Raupp e Rafael Tezza, os autores propuseram um instrumento de mensuração do endividamento público para municípios brasileiros a partir da elaboração de um constructo elaborado através da técnica de análise fatorial exploratória. A amostra do estudo é composta por municípios com população acima de 30 mil habitantes, totalizando 1.158 municípios. O constructo apresentou 34 variáveis envolvidas e a proposição de três dimensões: capacidade financeira, relação Estado-sociedade e dependência de terceiros. Como conclusão, os autores destacam que o endividamento público dos municípios brasileiros possui uma faceta multidimensional e devem ser consideradas as correlações entre os indicadores sociais e de resultado.

Esperamos que tenham uma boa leitura!

**Laura Edith Taboada Pinheiro**  
**Editora Científica**